

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREENDEDORISMO:
UMA PRÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MUNICÍPIO DE
SINOP-MT**

Marines Orlandi – Mestre em Administração (UNEMAT/MT)

Gildete Evangelista da Silva – Mestre em Administração (UNEMAT/MT)

Martin Glass – Graduado em Administração (UNEMAT/MT)

Resumo:

Este artigo teve como objetivo relatar ações em qualificação profissional aos empreendedores do bairro Jardim Primavera no município de Sinop-MT, no período de 2009 a 2013. Para isto, foi utilizado como metodologia o estudo de caso, com uso de dados empíricos coletados no período estudado, por meio de trabalho extensionistas de Professores e alunos do Curso de Administração da Universidade do Estado de Mato Grosso. As experiências e resultados do projeto “Qualificação Profissional para Empreendedores do Bairro Jardim Primavera-Sinop-MT”, demonstraram que os empreendedores se sentiam abandonados pelo setor público, o que ficou evidenciado, desde os primeiros momentos das atividades, principalmente pela falta de confiança nas ações extensionistas. As atividades identificaram, também, que o segmento (informal) de empreendedores espera soluções fáceis para a resolução de seus problemas, que dentre eles se destaca a baixa qualificação para o trabalho, fato que vem ocorrendo a muito tempo, conforme informações e dados coletados. A maioria dos empreendedores está instalada no local a mais de 10 anos e foram atendidos pelo projeto com ações e trabalhos de assessoria e consultoria nas diversas áreas administrativas, como também em aspectos jurídicos e legais.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Setor Informal. Qualificação profissional. Desenvolvimento regional e local. Sinop-MT.

Abstract:

This article aims to describe actions in professional training to entrepreneurs Spring Jardim Primavera Garden neighborhood in Sinop-MT in the period 2009-2013. For this methodology was used as a case study, using empirical data collected during the study period, through extension work of Professors and students of Management at the University of the State of Mato Grosso. The experiences and results of the project "Professional Qualification for Entrepreneurs Neighborhood Garden Spring Sinop-MT", showed that entrepreneurs felt abandoned by the public sector, which was evident from the first moments of the activities, especially the lack of confidence in extension activities. The activities identified, also, that the segment (informal) entrepreneurs expect easy solutions to solve their problems, among them that stands out the low qualification for the job, the fact that there has been a long time, as information and data collected. Most entrepreneurs are installed on site for more than 10 years and were attended by project actions and advisory work and consultancy in various administrative areas, as well as in judicial and legal aspects.

Keyword: Entrepreneurship. Informal Sector. Professional qualification. Regional and local development. Sinop-MT.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo relatar ações em qualificação profissional aos empreendedores no bairro Jardim Primavera no município de Sinop-MT, no período de 2009 a 2013.

A gestão de empresas vem sendo estudada e relatada no último século, pelas mais variadas formas, sendo estas acompanhadas pela evolução administrativa ao longo dos anos. Mas, nos primeiros anos do século XXI o que se desponha nas organizações é a transição em curso rumo ao novo mundo da administração. Isto é visto nas organizações mais estruturadas, preparadas para realizar as mudanças necessárias ao ajustamento à nova economia e as novas regras de competição, a fim de tornarem-se ágeis e flexíveis. As organizações estão se reestruturando para desenvolver culturas que promovam a inovação e a constante adaptação, mas o número de organizações que transformaram totalmente seus sistemas de trabalho ainda é pequeno, como menciona Robbins (2005).

Este fato pode ter como fonte a resistência individual à mudança que incluem hábito, segurança, fatores econômicos, medo do desconhecido e o processamento seletivo de informações. Estas resistências individuais repercutem na resistência organizacional, expressa na inércia estrutural e grupal, foco limitado de mudança, ameaças à especialização, às relações de poder e as distribuições de recursos.

E nesta lógica de acompanhar os novos tempos, que se reestabelece o foco de entender, estruturar e fortalecer o empreendedorismo nas regiões, por meio de ações especificamente voltadas para a gestão e a inovação de processos empreendedores e produtivos. Todavia, para que o empreendedorismo se estabeleça com força um determinado local, a qualificação do empreendedor e seus colaboradores se fazem necessário.

As atividades do projeto de extensão foram planejadas e desenvolvidas em várias etapas, que se configuraram como uma atividade de investigação, culminando numa experiência de pesquisa acadêmica. Inicialmente foram diagnosticados problemas nas empresas do Bairro Jardim Primaveras, planejadas ações ou proposições de suas soluções, a implementação destas e a análise dos resultados obtidos, a partir da qualificação e quantificação dos dados observados. Os resultados trouxeram contribuições científicas bastante significativas para a qualificação dos empreendedores com o desenvolvimento de conhecimentos como o melhor aproveitamento das oportunidades negociais, a utilização de ferramentas de marketing para oportunizar negócios, a organização do fluxo de caixa para a otimização dos fluxos financeiros, o atendimento a clientes e ações empreendedoras com vista a geração de trabalho e renda, numa perspectiva do uso das novas tecnologias da informação e comunicação.

A introdução de novas tecnologias tem provocado impacto nos processos produtivos, que são impostos por maior competitividade e qualidade tanto de produto e serviço, consequência da melhoria da qualidade da mão de obra, o que implica na busca de melhor qualificação profissional contínua. Essa situação de melhoria contínua também dilui a capacidade de controle do trabalhador perante o processo produtivo e elimina a ociosidade no trabalho, ganho visto como fundamental por parte de muitas organizações. Portanto, a adoção de novas tecnologias implica em proporcionar organizações mais aptas ao mercado tanto de trabalho como de consumo bem como no aumento do controle sobre a produção e os trabalhadores.

Em vista disto, este artigo se divide em cinco partes. Na primeira encontra-se a introdução, a segunda refere-se à metodologia do trabalho. A terceira parte faz uma breve revisão de literatura com o foco em desenvolvimento regional e local e empreendedorismo e qualificação. Na sequência são apresentadas a análise e discussão como quarta etapa e, finalizando, como quinta etapa, as considerações finais.

2. METODOLOGIA

A delimitação da área de estudo foi realizada a partir das experiências e resultados do projeto de extensão “Qualificação Profissional para Empreendedores do Setor Informal do Jardim Primavera-Sinop-MT”, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), realizado no período de 2009 a 2013. A compreensão da dinâmica regional local foi organizada tendo por base dados e informações no setor terciário, coletadas de forma primária, entre os empreendedores do Bairro Primavera, em Sinop-MT.

O setor empreendedor informal foi definido inicialmente em vista de este ter papel importante na composição da renda familiar e na geração de trabalho à população, fato que vem incrementar a economia do município. Todavia, com a dificuldade em localizar no início das atividades os empreendedores informais, as ações extensionistas foram estendidas, também, aos pequenos empreendedores formais do bairro, escolhido por ser o primeiro bairro operário do município, instalado a partir da fundação da cidade, em 1974.

O estudo descreve ações em qualificação profissional realizada por professores e alunos do curso de Administração da UNEMAT, com os empreendedores no bairro Jardim Primavera no município de Sinop-MT, no período de 2009 a 2013, de modo que este artigo relata, o momento em que o município se incorporava à economia nacional frente às novas demandas por serviço que o mercado exigia. Neste período, o Mato Grosso efetivamente se estrutura frente à economia brasileira e internacional, alavancado por políticas de crescimento do governo federal e estadual que incentivaram o processo de agropecuário no Estado e, Sinop se firma como polo no setor de serviços, atendendo o norte mato-grossense e o sul do Pará.

No presente artigo foi utilizado o método de estudo de caso, que permite compreender fenômenos sociais complexos, observando características da vida real para que se possam compreender fenômenos individuais, sociais, organizacionais e políticos como aponta Minayo (2004). Também foi usada a pesquisa bibliográfica para compreensão dos conceitos de desenvolvimento regional e local, empreendedorismo e qualificação profissional.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

As informações levantadas sobre as empresas informais no Brasil são tidas como inexistentes. Contudo, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE divulgou a pesquisa ECINF 2003, com a colaboração do SEBRAE (2005, p. 5), “que fez um estudo pioneiro sobre o setor chamado de empreendedorismo de pequeno porte, que consideraram trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados, incluindo todos os sócios desses empreendimentos”. A pesquisa incluiu todas as atividades econômicas urbanas “socialmente aceitas”, ou seja, foram desconsideradas atividades agrícolas, empregados domésticos e os moradores de rua. Neste relatório, estão inclusos dados sobre “a geração de empregos e rendimentos, acesso ao crédito, investimentos, indicadores de formalização, dificuldades encontrados nos negócios, além das características e perfis dos proprietários e empregados” (nível de instrução, carga horária de trabalho, relações de parentesco, frequência a cursos de especialização).

Este trabalho é inédito por sua importância e a visão de que as empresas informais são organizações obsoletas é em grande medida um dos fatores responsáveis pela ausência de políticas para a economia informal no Brasil. Contudo, Abramovay *et al.* (2003) comentam que estas organizações não devem ser encaradas como algo transitório e desnecessária, mas considera-las como organizações perenes, com a experiência adquirida na gestão e as funções sociais que preenchem.

Nos últimos anos o Brasil construiu uma densa malha social de proteção contra as formas mais brutais da pobreza absoluta. E ao estudar as empresas informais, o país dá um salto importante para contribuir na redução da pobreza, pois este setor tem importante papel social na geração de trabalho e renda à população. Entretanto, “o formato institucional das políticas sociais brasileiras é propício a que os recursos cheguem aos pobres, mas não está desenhado para estimular a melhoria de sua capacidade de geração de renda” (ABRAMOVAY *et al.*, 2003, p. 2).

A fim de avaliar/identificar o empreendedorismo de um município, uma metodologia de medida é verificar a proporção dos trabalhadores por conta-própria na população economicamente ativa. Segundo Barros e Pereira (2008, p. 976), os resultados revelam forte associação entre empreendedorismo e desemprego: “quanto maior a atividade empreendedora do município, menor a taxa de desemprego”.

E o processo de geração de trabalho e renda em um município, evidencia maior possibilidade de proporcionar um processo de desenvolvimento regional partindo do seu desenvolvimento local. Ao estudar os fatores internos à região capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade como mencionam Oliveira e Lima (2003), esta se proporcionando a oportunidade de empreendedores e empregados e a sociedade local de aprender com erros e sucessos, melhorando os resultados financeiros e econômicos, o que possibilita à população uma maior inserção social de seus membros.

A partir do momento que um local se estruturar em uma atividade, há possibilidade de inserção de uma atividade motriz que suscitará efeitos positivos e negativos à região receptora. À medida que tais efeitos vão se concentrando, a atividade motriz tornar-se-á um polo propulsor. Portanto, “pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento” (OLIVEIRA E LIMA, 2003, p. 31).

Contudo, a importância do desenvolvimento local é muito mais ampla que pensar apenas em um desenvolvimento baseado na economia regional, visto que cria “a necessidade da formação de identidades e de diferenciação das regiões e das comunidades, para enfrentarem um mundo de extrema competitividade” como mencionam Martinelli e Joyal (2004, p.1). Para que haja desenvolvimento local, se faz necessário oferecer à comunidade local melhores condições a fim de atrair investimentos, que levam a melhoria do crescimento econômico. Assim, tratar de capacitação, conhecimento e poder pode ser fatores importantes para a diminuição das desigualdades regionais, oportunizando à população local melhorias efetivas de trabalho e renda.

O crescimento econômico deve propiciar o favorecimento de situações propícias ao desenvolvimento local e regional por meio de oportunidades que favoreçam ações empreendedoras, lastreadas em inovação e criatividade, que conduzam ao conhecimento e a qualificação do capital humano e social. Todavia, o sucesso das ações empreendedoras não são resultados apenas da capacitação da uma mão-de-obra de empresários e demais atores organizacionais, mas também na criação e manutenção de um ambiente fértil e favorável ao desenvolvimento do empreendedorismo, como a preocupação com o meio ambiente, a criação de políticas voltadas para o trabalho e renda.

Para Buarque (2006) o desenvolvimento local é um processo de mudanças que proporciona simultaneamente, dinamismo econômico e qualidade de vida da população e, para ser consistente, deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir com a elevação as oportunidades da sociedade, bem como viabilizar o crescimento econômico tornando competitiva a sua economia. Deste modo, é necessário que as economias locais ampliem as capacidades de inovação e suas potencialidades empreendedoras, para incrementar a sua competitividade com vista não só a melhores resultados de seu sistema produtivo como também no desenvolvimento de seu capital humano e todas as suas plenitudes.

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando o mundo (SEN, 2010, P.29).

O desenvolvimento local pressupõe que haja um desenvolvimento da economia com investimentos nas áreas sociais como serviços, educação, turismo e finanças etc considerando o crescimento ordenado e sustentável da região e, deve possibilitar a garantia que indivíduos façam coisas que lhes tenham valor, para a sua liberdade global como pessoa e deve favorecer a oportunidade de ter resultados valorosos (SEM, 2010). Deste modo, o desenvolvimento local e regional exige ações individuais e coletivas que devem ser ensinadas/aprendidas com a finalidade de transformação social. Para Charlot (2000, p. 53) “nascer significa a obrigação de aprender. Aprender para construir-se, em um triplo processo de hominização (tornar-se homem), de singularização (tornar-se exemplar único de homem) de socialização (tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando um lugar nela)”.

3.2 EMPREENDEDORISMO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Segundo Daft (2005, p. 125), o empreendedorismo “é o processo de iniciar um empreendimento, organizar os recursos necessários e assumir as recompensas e os riscos associados”. Para o autor, ser empreendedor “é alguém que se engaja em um empreendimento, reconhece a viabilidade de uma ideia para um produto ou serviço e leva a ideia à frente”.

O empreendedorismo costuma ser mensurado pela atividade dos trabalhadores por conta-própria. Nessa compreensão, o número e a participação dos trabalhadores por conta-própria na economia brasileira eram 10 milhões em 1978, 18,6 milhões em 2004 e 19,6 milhões em 2011. No entanto, segundo Barros e Pereira (2008, p. 979), a sua participação relativa vem caindo. “Após passar de 23,6% em 1978 para 25,8% em 1991, o percentual foi para 24,1% em 1998, 22% em 2004” e 21% em 2011.

Em um relatório publicado pelo *Global Entrepreneurship Monitor* [GEM] que vem realizando pesquisas sobre o tema por meio de uma parceria do *Babson College* nos EUA e a *London Business School* no Reino Unido, com mais de 30 países, o Brasil está entre os dez maiores países empreendedores. No período de 2001 a 2004, a taxa de empreendedorismo inicial no país oscilou em torno de 13%, o que representava 15 milhões de empreendedores. Em 2005, esta taxa caiu para 11,3% (BARROS E PEREIRA, 2008). Segundo os autores, a proporção dos empreendedores por necessidade no total de empreendedores brasileiros foi de 50% entre 2001 a 2004.

Nesta mesma pesquisa, entre os 35 países investigados, o Brasil é o 15º na taxa de empreendedorismo por oportunidade (6%) e o 4º na taxa de empreendedorismo por necessidade (5,3%). O que chama atenção neste relatório é que o empreendedorismo por necessidade é maior nos países menos desenvolvidos em comparação com os países desenvolvidos.

Consequentemente, o impacto da atividade empreendedora sobre o desempenho econômico pode ser diferente e dependente do estágio de desenvolvimento do país. Uma maior atividade empreendedora nos países pobres pode ser resultado de elevado desemprego estrutural e marasmo econômico, que levaria ao empreendedorismo por necessidade como alternativa para a escassez de emprego (BARROS E PEREIRA, 2008, p. 980).

Em vista desse caráter oportunista às necessidades individuais, muitas pessoas consideram o empreendedorismo como uma maneira de usar seu tempo, talento e energia. Nisto, um dos principais veículos da atividade empreendedora é a pequena empresa. Daft (2008) mostra que há definições diferenciadas por tipo de empresa (indústria, comércio, serviços), interferindo em seu enquadramento, que pode variar por número de funcionários a volume de faturamento. Contudo, o parâmetro mais aceito para a definição de pequena empresa é o considerado pelo SEBRAE que considera como pequena empresa aquelas com até 99 empregados (BARROS E PEREIRA, 2008).

Uma pesquisa norte-americana identificou que há cinco tipos de proprietários de pequenas empresas. Daft (2005, p.126):

- ✓ Idealistas: recompensados pela chance de trabalharem em algo novo e criativo;
- ✓ Otimizadores: tem satisfação pessoal por serem proprietários de uma empresa;
- ✓ Trabalhadores árduos: prosperam com o desafio de construir um negócio maior e mais rentável;
- ✓ Malabaristas: pessoas com muita energia que gostam de lidar com todos os detalhes de sua própria empresa;
- ✓ Sustentadores: desfrutam da oportunidade de equilibrarem o trabalho com a vida pessoal.

Mas independente dessas características individuais do empreendedor, que influência na forma de gestão da pequena empresa, há as características individuais dos empregados. Como uma organização é a união de pessoas para um mesmo fim e cada pessoa tem uma necessidade, que pode diferir de necessidades de outra, a pequena empresa busca minimizar essas dificuldades, padronizando as ações dos indivíduos. Isto é conseguido mediante o processo de qualificação profissional.

Mas ao tratar de qualificação profissional para indivíduos, temos que considerar que os resultados desse processo também será diferenciado, seja entre empresa, empregado ou empregador. Essa diferenciação é vista inclusive nas políticas de qualificação profissional do governo federal.

Segundo Ferretti e Silva Junior (2000, p.46), ao analisar as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico, posta pelo MEC/CNE, a mesma mostra que a educação profissional somente pode ocorrer se levar em conta os contextos econômicos, político e social. E para tal, uma compreensão de relações entre educação, qualificação profissional e tecnologia é percebida no Brasil, com a intensificação de novas formas de trabalho influenciadas por novas tecnologias facilitadoras da mão de obra. Isto é notório a partir dos anos 90, quando o país “estaria experimentando mudanças significativas no âmbito

do trabalho, em virtude da adoção de novas tecnologias de base física, bem como de inovações organizacionais e de gestão”.

Entretanto, essa mudança ainda é vista como “uma dicotomia entre tecnologias, processos de produção e organização do trabalho vigente, de um lado, nas empresas de cunho taylorista/fordista e, de outro, nas de natureza integrada e flexível” (FERRETTI E SILVA JUNIOR: 2000, p. 46). Para os autores, há essa heterogeneidade e diversidade entre as partes (ramos produtivos, setores de produção e empresas) quanto ao uso de inovações e ao sucesso ou não de sua implementação, pois partem da premissa que as pessoas são diferentes e que, portanto, o resultado de sua compreensão e ação é diferenciado.

Em vista disto, a qualificação profissional é diferente entre trabalhadores e organizações, em razão do lugar ocupado pelos trabalhadores na empresa, seu salário, das oportunidades de promoção, resulta a posse de saberes e habilidades específicas, influenciadas também por sua classe social, sexo, etnia, idade, prestígio social, da capacidade organizativa, quanto de aspecto político que envolve grupos de trabalhadores ao seu coletivo ou deste coletivo nos embates com a empresa. Por isso, talvez sejamos mais suscetíveis “a enfoques que tendem a sobrevalorizar o desenvolvimento de atributos individuais, quase sempre calcados numa visão de subjetividade de cunho mais psicológico que social” (FERRETTI E SILVA JUNIOR: 2000, p. 48).

Como a educação profissional governamental é dirigida às classes sociais mais desfavorecidas economicamente e que se supõem serem as mais carentes de boa qualidade educacional, permanece a dualidade histórica do ensino brasileiro entre educação geral e profissional, onde não apenas teremos a continuidade de uma educação profissional dirigida aos que têm baixa escolaridade e inserção social desfavorável, como também a teremos como paliativo ao desemprego gerado pelas mesmas circunstâncias históricas e paradigma produtivo e, por isto, tendo um caráter assistencialista.

Essa diferenciação na formação do indivíduo por parte do governo em forma de políticas de Educação Profissional também é reforçada por Kuenzer (2006, p. 881), alegando que “embora pautadas no discurso da inclusão dos trabalhadores no mundo do trabalho por meio da qualificação profissional, não só não surtiram o efeito anunciado como ainda tornaram mais precarizadas as ofertas educativas”. Se há inclusão, há também a exclusão. No caso das políticas de Educação Profissional, o termo exclusão designa aos “desempregados e populações em situação de risco social”. Isto vem reforçar o anteriormente citado, que a educação profissional é destinada à população mais carente da nação.

Entretanto, ao qualificar o indivíduo para o processo produtivo das organizações, o colocamos como iguais, padronizando seus atos e, conseqüentemente, tirando sua individualidade na forma de atuar na atividade. Essa ação vem ao encontro à formação do capital, da riqueza, pois controla, padroniza e impõe ritmo à produtos e serviços por parte da empresa.

Contudo, o mercado de trabalho não é padronizado, igualitário e justo. Até porque no ramo das pequenas empresas, o que prevalece é a informalidade da organização e conseqüentemente da mão de obra. Com isto, as políticas de Educação Profissional não atendem a necessidade do mercado: formação de indivíduos capazes de tomar decisões, com atitudes conscientes e responsáveis, impondo ao processo produtivo de qualidade e produtividade. Ao invés, são focadas para as minorias formais do mercado de trabalho da pequena empresa, legalmente instituídas.

Dessa maneira, fica fora da qualificação profissional uma gama significativa de empresas, principalmente àquelas de gerenciamento familiar, criada por necessidades das pessoas, que sem alternativa de emprego ou renda, atuam de forma informal na economia de um município.

A esse respeito, Souza e Figueiredo (2004, p. 221) comentam que a busca constante para a profissionalização qualificada de sua mão de obra, impõe ao indivíduo situações diferenciadas: “nos mais qualificados, uma dissociação entre o universo do trabalho e necessidades básicas para qualidade de vida, enquanto que para os menos qualificados o trabalho representou parte indissociável da sobrevivência”.

Mas independente dos motivos que impulsionam as organizações a se qualificarem, tanto em seus processos como em sua mão de obra, a formação profissional qualificada para o trabalhador traz vantagens, como:

- ✓ Melhoria de salários e remunerações por parte do empregado;
- ✓ A formalização do trabalhador;
- ✓ A relação teoria x prática para resolução de problemas e conflitos;
- ✓ Aumento de emprego para o indivíduo;
- ✓ A melhoria pelas competências técnicas, de gestão, relacional, social e emocional;
- ✓ A evolução da carreira e acesso a novas oportunidades de emprego.

No caso do empregador empreendedor, tanto formal como informal, tem na qualificação profissional tanto em atividades de gestão como operacional de seu quadro de pessoal, aspectos positivos, a saber:

- ✓ A profissionalização de seus processos;
- ✓ A padronização e controle de procedimentos;
- ✓ Melhoria da competitividade empresarial;
- ✓ Melhoria da qualidade e produtividade;
- ✓ Maior comprometimento nas ações de seus empregados;
- ✓ Menor desperdício de tempo e recursos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

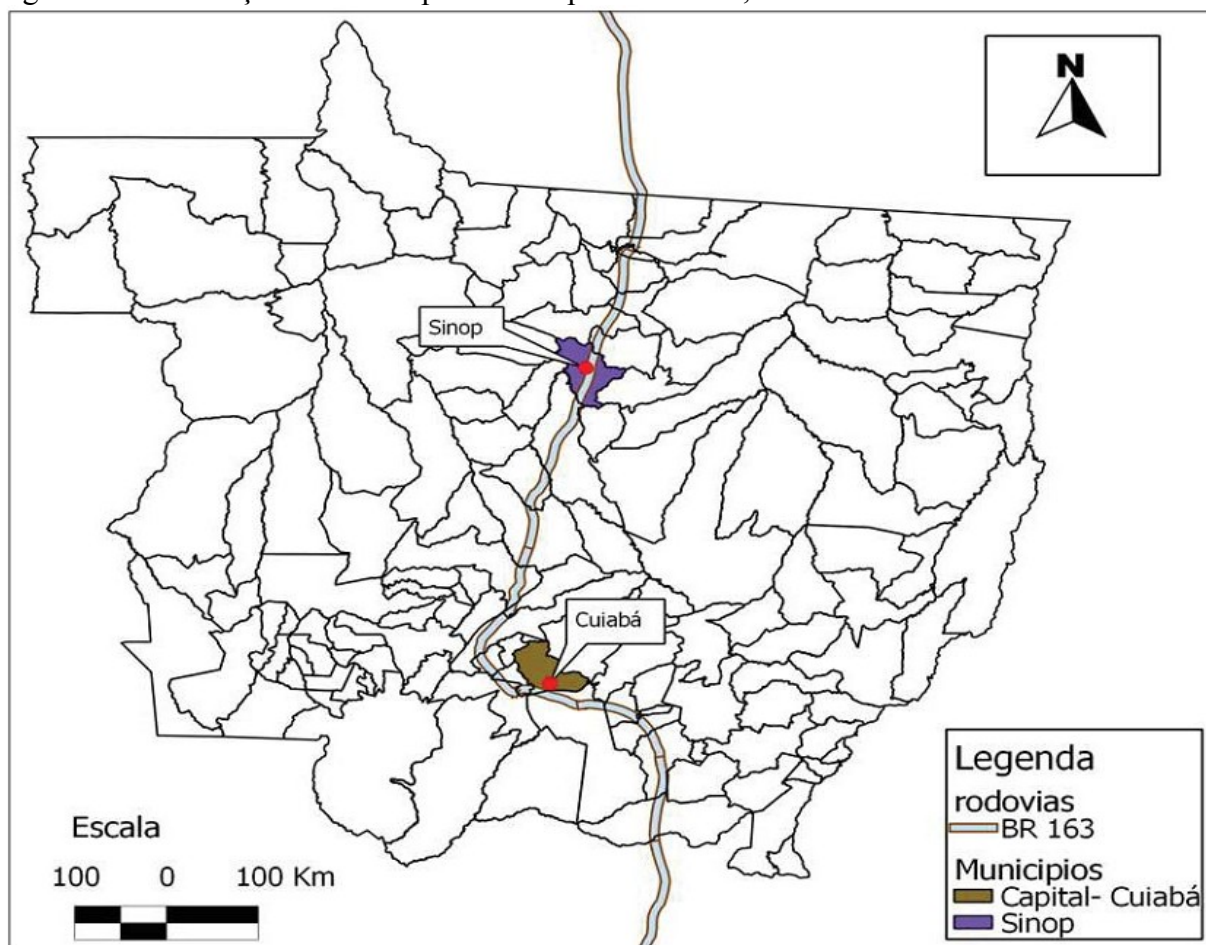
Com o foco na capacitação e formação continuada à população regional, a Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Sinop, vinculado a Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas FACISA, por meio do curso de Administração, tem ofertado a qualificação profissional empreendedora a empresas do setor informal, como também as que atuam na formalidade, no Bairro Jardim Primavera, sendo este projeto piloto no município de Sinop.

4.1 Caracterização do município de Sinop-MT.

Siqueira (2002) e Higa (2005) afirmam que o município de Sinop nasce das ações da política federal de colonização e expansão para a ocupação dos “espaços vazios” do Centro-Oeste, que trouxe para o Mato Grosso produtores agrícolas do Sudeste e Sul do Brasil, que tinham como objetivo a ocupação e posse do território para dar suporte à economia nacional.

No entanto, houve percalços na ocupação do espaço, interferindo na estrutura de crescimento e desenvolvimento do município de Sinop. A distância da capital, Cuiabá (Figura 1), principal centro de fornecimento de insumos agrícolas, saúde e infraestrutura educacional de maior referência, era dificultada pela falta de acesso pelas rodovias.

Figura 1 - Localização do município de Sinop e de Cuiabá, 2012.



Fonte: Chioveto *et al* (2012).

No início do século XXI, contudo, houve o adensamento populacional no município de Sinop. Com isso, o município tornou-se fonte de atratividade populacional visto na Tabela 1.

Tabela 1 - Crescimento populacional de Sinop-MT - (1991 a 2010).

Critério	1991	1996	2000	2007	2010
População	38.374	53.959	74.831	105.762	113.082
Taxa de Crescimento	-	40,61%	38,68%	41,33%	6,92%

Fonte: Chioveto *et al* (2012).

O município de Sinop tem sua área de 3.942,22 km² estando localizado na Mesorregião Norte Mato-Grossense e distante 500 km da capital, Cuiabá (Figura 1). Limita-se com os municípios de Santa Carmem, Vera, Sorriso, Tapurah, Itaúba e Cláudia que compõem a Microrregião Sinop (CHIOVETO *et al*, 2012). Segundo o Censo Demográfico, o município possuía em 2010, 113.082 habitantes (IBGE, 2010).

Contudo, por estar à margem da BR 163, principal via de acesso e escoamento de produção e pessoal no sentido sul-norte de Mato Grosso e por ser o primeiro município do Bioma Amazônia seguindo esta rodovia, o crescimento e o desenvolvimento das atividades econômicas deste município seguem a especificidade de limitações imposta pelo Código Florestal Brasileiro, no tocante a forma de uso da terra na Amazônia Legal.

Portanto, a partir de sua formação, a economia de Sinop esta baseada no setor de serviços, principalmente em saúde, educação, serviços públicos e fortemente reforçados no setor terciário o comércio em geral.

Esta posição de polo em serviços é vista pelos resultados econômicos. Segundo a Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ, 2013), o município de Sinop tem mostrado crescimento, como mostra sua receita pública vinda do Fundo de Participação dos Municípios¹.

Tabela 2 - Valores de impostos transferidos ao município de Sinop e no total do Estado – dezembro 2010, 2011 e 2012.

Imposto/ período	Sinop Dez. 2010	Estado Dez. 2010	Sinop Dez. 2011	Estado Dez. 2011	Sinop Dez. 2012	Estado Dez. 2012
ICMS ²	3.173.825,58	111.863.607,3 8	3.177.031,08	116.842.691,6 8	3.680.549,73	132.132.414,1 1
IPI ³	28.465,21	1.003.275,2 7	36.872,52	1.356.072,3 2	26.219,88	964.297,0 8
FUPIS ⁴	6.111,72	215.411,8 1	17.492,68	643.333,7 4	11.958,36	429.307,2 8
FEP ⁵	2.141,14	75.465,8 6	3.040,02	111.803,8 9	3.468,64	124.524,8 4
IPVA ⁶	226.404,48	4.134.982,2 4	302.947,20	5.209.065,6 3	338.407,68	5.900.471,4 0
TOTAL	3.436.948,13	117.292.742,5 6	3.537.383,50	124.162.967,2 6	4.060.604,29	139.551.014,7 1

Fonte: SEFAZ/MT (2013).

Vê-se que na Tabela 2 é que o crescimento do município de Sinop em comparação com o crescimento dos valores de impostos transferidos, de 2011 para 2012, foi um pouco maior que do Estado: Sinop arrecadou 12,88% e o estado de Mato Grosso teve o crescimento no período de 11,03%. Por sua vez, entre 2010 a 2011, o Mato Grosso faturou 5,53% a mais de impostos, enquanto que Sinop foi de apenas 2,84%.

O setor empresarial tem contribuído substancialmente para o alcance destes números, Segundo as informações divulgadas pelo IBGE, nas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (Tabela 3), o número de empresas formais abertas, entre 2008 a 2010, também seguiu o aumento da arrecadação de impostos.

Tabela 3 - Empresas, pessoal ocupado e salário médio - 2013.

	2008	2009	2010
--	------	------	------

¹ É uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo com o número de habitantes, onde são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios estão baseados na Lei n.º. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei N.º 1.881/81.

² Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

³ Imposto sobre Produtos Industrializados.

⁴ Fundo Partilhado de Investimento Social.

⁵ Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

⁶ Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

Nº empresas	3.145	3.150	3.527
Nº empresas atuantes	3.046	3.047	3.408
Pessoal Ocupado	26.916	28.057	30.796
Pessoal Ocupado Assalariado	22.890	23.951	26.247
Salários e outras remunerações	277.622 mil reais	320.384 mil reais	392.023 mil reais
Salário médio mensal	2,3 sal. mínimos	2,2 sal. mínimos	2,3 sal. mínimos

Fonte: IBGE@Cidades (2013).

No período de 2009 para 2010, o crescimento no número de empresas formais no município foi de 11,97%, enquanto que em 2008 para 2009 foi de apenas 0,16%. Com relação ao crescimento no número de empregos assalariados, de 2008 para 2009, o crescimento foi de 4,43% e no período de 2009 para 2010, o crescimento foi de 8,75%. Isto mostra que a crise econômica internacional em 2008 também repercutiu no município, mas com recuperação no ano seguinte.

Este pequeno panorama de Mato Grosso e do município de Sinop demonstra como a economia vem se comportando nos últimos anos, acompanhando o crescimento econômico do país. Por isto, ao estudar o setor informal do município, se tem uma melhor compreensão das especificidades locais para poder contribuir com planos estratégicos de desenvolvimento regional e local mais sustentável.

1.1 Qualificação profissional em micro e pequenas empresas: um estudo no Bairro Jardim Primavera em Sinop-MT.

Em 2009, o curso de Administração da Universidade do Estado de Mato Grosso, iniciou um projeto-piloto de qualificação profissional à comunidade local em Sinop-MT, denominado “Qualificação profissional para Empreendedores do Setor Informal do Bairro Jardim Primavera-Sinop-MT”. Em virtude do número pouco expressivo de empreendedores informais contatados, o projeto foi ampliado também para empreendedores formais de pequeno porte. Este projeto foi validado pela instituição e em 2010 recebeu aprovação na seleção de projetos extensionistas via MEC/SESU chamado de “PROJETO PEMPSI - Qualificação dos Empreendedores do Bairro Jardim Primavera”. Este bairro foi escolhido por ser o primeiro bairro de Sinop quando de sua ocupação, chamado anteriormente de Bairro Operário.

O projeto foi desenvolvido com parcerias com outros cursos e instituições de ensino superior, como o de Ciências Contábeis da UNEMAT e o de Direito da UNIC/Sinop. Os trabalhos foram desenvolvidos voluntariamente entre docentes e alunos dos cursos, estando à frente do projeto os alunos do curso de Administração como forma de projeto interdisciplinar entre os semestres letivos e outros cursos. Para o desenvolvimento da ação extensionista, houve parceiros estratégicos: SEBRAE/Sinop, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Secretaria de Indústria e Comércio do município, Universidade de Cuiabá, curso de Ciências Contábeis da UNEMAT, Ministério da Educação e Associação do Bairro Jardim Primavera.

O projeto teve como objetivo promover a qualificação profissional dos empreendedores do setor informal do Bairro Jardim Primavera de Sinop/MT, possibilitando-lhes a geração de oportunidades e melhorias de trabalho e renda.

Para este objetivo, tinha como metas:

- Identificar os empreendedores informais do Bairro Jardim Primavera de Sinop/MT, a fim de diagnosticar necessidades e potencialidades empreendedoras para sua atuação no mercado;
- Sensibilizar parceiros estratégicos e o público-alvo para o desenvolvimento das ações de qualificação profissional;

- Qualificar o empreendedor informal do Bairro Jardim Primavera sobre os procedimentos e atitudes favoráveis à geração de trabalho e renda da comunidade.
- Incentivar a produção de conhecimentos voltados à geração de trabalho e renda, a ser socializados no dia de AÇÃO EMPREENDEDORA aos empreendedores do Bairro Jardim Primavera, entre outras formas de comunicação e integração.

A qualificação pretendida era a de envolver os trabalhadores informais com temas relevantes para com vistas a oferecer-lhes conhecimento gerencial básico capaz de levá-los a gerir melhor seus negócios, alavancando o crescimento e incrementando a oferta de trabalho e renda.

O propósito do projeto de extensão residia no fato de existir uma razoável quantidade de micro empreendedores do setor informal que não eram considerados em programas de fomento dos órgãos públicos, quando estes realizam seus programas de investimentos e expansão e por isto, estavam à mercê da economia de mercado. Este fato também gerava baixa qualificação de suas atividades, o que os deixava com menores possibilidades de crescimento econômico pela sua atividade.

Como primeiro passo, foi realizado o diagnóstico de empreendedores dos setores formal e informal do Bairro Jardim Primavera, seguindo o mapa do bairro, que possui 11 ruas transversais à rua principal (Primavera). Neste espaço foram identificados em 2009, 211 empreendimentos, que apontaram com necessidades de qualificação nas áreas de atendimento ao cliente, vendas, finanças, custos, estoque e armazenagem e produção. Também foram ofertados aos empreendedores ações de: plano de negócio, assessoria contábil, consultoria empresarial e jurídica.

As primeiras percepções identificadas pelos extensionistas (alunos e docentes) no momento inicial das atividades foram:

- ✓ Grande maioria demonstrou desconfiança com a presença dos extensionistas;
- ✓ Os empreendedores sentiam abandonados pelo poder público;
- ✓ O comércio era constituído, em sua grande maioria, por empresas instaladas há mais de 10 anos no mercado;
- ✓ As empresas ainda esperavam soluções fáceis como um receituário para resolver seus problemas;
- ✓ Existia pouca qualificação para o trabalho.

O projeto de extensão possibilitou aos acadêmicos e professores envolvidos em suas atividades uma melhor compreensão das condições que as empresas do bairro Jardim Primavera enfrentam em suas ações cotidianas. Além disso, é importante evidenciar que este trouxe também contribuições relevantes para os extensionistas que devem ser melhor pesquisadas.

Deste modo, é necessário registrar algumas que foram observadas:

- ✓ As atividades desenvolvidas no projeto com os acadêmicos levaram à percepção positiva do ensino/aprendizagem em sala de aula;
- ✓ Existe interesse da comunidade em parcerias para auxílio nos trabalhos de qualificação profissional dos empreendedores;
- ✓ Os empreendedores evidenciaram que precisam aumentar a agilidade e eficiência nos seus negócios;
- ✓ As empresas demonstram que necessitam elevar os índices de aproveitamento de recursos;
- ✓ A comunidade do Bairro Jardim Primavera não conhece o papel da UNEMAT.

As ações trouxeram algumas contribuições científicas importantes para a área do conhecimento envolvida no projeto, principalmente aquelas que evidenciaram a necessidade de qualificação dos empreendedores. Alguns resultados importantes foram observados como a utilização do marketing como ferramenta gerencial, a necessidade de se conhecer as atividades empresariais desenvolvidas, principalmente aquelas que envolvem o atendimento aos clientes com vista à conquista do mercado consumidor, o correto controle de caixa para a otimização econômica de recursos, bem como as ações empreendedoras diversas com vista a geração de trabalho e renda.

Ao finalizar um ano de ações de consultoria e assessoria empresarial, foi realizado o dia da “AÇÃO EMPREENDEDORA: Força-tarefa cidadã”, evento realizado no bairro, na Escola Municipal Pissinati, sendo organizado pelo curso de Administração da Unemat. Tal evento consistia em socializar as ações realizadas com os empreendedores do Bairro Primavera, por meio dos acadêmicos do curso de Administração, que expuseram os resultados em forma de *banners* (foto 1, 2). Também foi um momento de acesso aos parceiros do projeto para que o empreendedor pudesse procurá-los, a fim de que pudessem obter esclarecimentos financeiros, jurídicos, contábeis e gerenciais.

O fechamento dessa etapa do projeto se consolidou com o evento de ações de extensão da Unemat, realizado em Cáceres-MT em outubro de 2010, organizado pela PROEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de Extensão “Qualificação Profissional para Empreendedores do Bairro Jardim Primavera” foi um trabalho pioneiro no aspecto de envolvimento da Universidade com a comunidade, neste caso, do Bairro Jardim Primavera.

Inicialmente, o projeto foi importante para os extensionistas, pois ficou mais claro o hiato existente entre o curso de Administração da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop e a sociedade. Isto requer uma análise e uma postura mais dinâmica e moderna do fazer pedagógico dos professores, pois grande parte dos empreendedores do bairro sabia da existência do Campus na cidade, mas poucos conheciam acerca das atividades que executavam.

O intuito inicial do projeto era de estimular a vivência e as práticas administrativas dos micro e pequenos empresários do bairro, associando estas aos estudos teóricos em que os acadêmicos estavam envolvidos em sala de aula. Esta vivência integrando as várias vertentes da área do conhecimento administrativo, com o fito de propiciar-lhes a qualidade necessária para a qualificação de um profissional competente e capaz, tanto ético como responsável, para atuação na sociedade, que por meio de suas habilidades conceituais e técnicas fossem capazes de se constituírem cidadãos e, simultaneamente, agentes transformadores da sociedade.

Deste modo, o propósito principal do projeto foi alcançado e realizado, pois foi possível observar que os alunos extensionistas apropriaram-se de aprendizagens e conhecimentos, quando confrontaram teorias e princípios administrativos com as atividades praticadas pelos empreendedores do bairro, por meio do discernimento e do entendimento do que estava correto e do que poderia ser melhorados para alavancar resultados positivos.

Além disso, foi perceptível nos alunos envolvidos no projeto o incremento e as iniciativas para propor soluções de problemas observados, oportunizando ainda maior dinamicidade na tomada de decisões e a sua análise destes em prol de melhores resultados. Todavia, é importante lembrar que um dos maiores e importantes resultados observados foram a capacidade dos envolvidos em trabalhar em equipe, desenvolvendo suas habilidades humanas e potencializando suas capacidade de desenvolvimento das atitudes humanas.

Os objetivos do projeto não foram totalmente atingidos em sua integridade, em virtude de que o que planejamos inicialmente nem sempre ia ao encontro ou coincidia com os anseios e as necessidades dos empreendedores do Bairro. Todavia, mesmo com o pioneirismo da ideia e nossa pouca experiência nas atividades de extensão, foi possível desenvolver com os alunos práticas de consultoria e assessoria empresarial, atividades estas realizadas por equipes que diagnosticaram problemas, propuseram soluções e acompanharam a sua aplicação em empresas do bairro Jardim Primavera, possibilitando aprendizagens importantes de gestão empresarial e negócios, além de capacitá-los ao processo de treinamento e desenvolvimento empresarial com vistas à melhoria da geração de trabalho e renda.

Concluimos que o projeto oportunizou aos envolvidos, professores, alunos e empreendedores, vasta oportunidade de ampliar conhecimento nas diversas áreas funcionais das organizações, permitindo o incremento de reflexões e de criatividade, bem como oportunizou aos participantes a utilização do raciocínio lógico, crítico, analítico nas tomadas de decisões empresariais, além de atuarem na elaboração, implementação e consolidação de projeto de intervenção organizacional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; *at al.* Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Escritório no Brasil. **LC/BR/S.R.137**, Março de 2003, 75 p.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- BARROS, Aluizio Antônio de; PEREIRA, Cláudia Maria Miranda de Araújo. Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica. **RAC**, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez. 2008.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CHIOVETO, Arnaldo Taveira *at al.* Análise da dimensão do desflorestamento por meio do uso de imagens de satélite em um município da Amazônia Legal brasileira. **Publicatio Ci. Soc. Apl.**, Ponta Grossa: UEPG, 20 (1): 17-33, jan/jun. 2012.
- DAFT, Richard. **Administração**. Tradução da 6ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- FERRETTI, Celso João e SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: USP, nº 109, p. 43- 66, março/2000.
- HIGA, T. C. S. A reordenação do território. In: MORENO, G.; HIGA, C. S. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- KUENZER, Acacia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação & Sociedade**. Campinas: Unicamp, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006.
- IBGE – Instituto de Geografia e Estatística. Sala de imprensa. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>>. Acesso em: 18 abr. 2013.
- IBGE – Instituto de Geografia e Estatística. IBGE@Cidades. **Sinop**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 19 abr.2013.
- MARTINELLI, Dante P.; JOYAL, André. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**: experiências brasileiras e canadenses. Disponível em: <http://apreis.org/docs/brazil/Martinelli_Joyal.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2013.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ. **Receita Pública:** Fundo de Participação dos Municípios. Disponível em:

<<http://www.sefaz.mt.gov.br/portal/Financeiro/FPM.php>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

OBSERVATÓRIO SEBRAE. Economia informal urbana. SEBRAE, **Boletim Ecinf 2003**, julho de 2005, 97 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza Minayo (Org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Rev. FAE**, Curitiba: FAE, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

ROBBINS, Stephen P. **Administração:** mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso:** da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, Lícia Barcelos de; FIGUEIREDO, Marco Antônio de Castro. Qualificação profissional e representações sobre trabalho e qualidade de vida. **Revista Paidéia**. Ribeirão Preto: USP, 14 (28), p. 221-232, 2004.